

ESCRITURA PARTICULAR DA 3ª EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ TRÊS SÉRIES, EM REGIME
MISTO DE GARANTIA FIRME E MELHORES ESFORÇOS, DA
HYPERMARCAS S.A.

ENTRE

HYPERMARCAS S.A.
como Emissora,

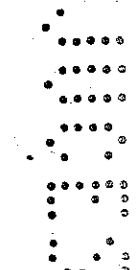
E

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
LTDA.
*representando a comunhão dos titulares adquirentes das debêntures objeto da
presente emissão*

Datado de

23 de junho de 2.010

P 36



ESCRITURA PARTICULAR DA TERCEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRÁFICA, EM ATÉ TRÊS SÉRIES, EM REGIME MISTO DE GARANTIA FIRME E MELHORES ESFORÇOS, DA HYPERMARCAS S.A.

HYPERMARCAS S.A., companhia aberta, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Juscelino Kubitschek, 1.217, casa n.º 07, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.932.074/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

E, de outro lado,

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 15.227.994/0001-50, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Agente Fiduciário");

Vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura Particular da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, em até Três Séries, da Emissora ("Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I DA AUTORIZAÇÃO

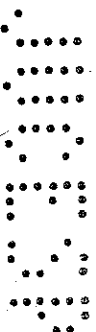
1.1. A Escritura é firmada com base nas seguintes autorizações:

1.2. A presente Escritura é celebrada com base nas deliberações tomadas em Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 10 de junho de 2010 ("RCA"), conforme faculdade prevista no parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.3. Esta Escritura será objeto de adiamento para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, conforme abaixo definido.

CLÁUSULA II DOS REQUISITOS

A 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, nominativas, escriturais, em até três séries, em regime misto de garantia firme e melhores esforços, ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública nos



termos da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Oferta" e "Instrução CVM 400", respectivamente), ~~seja realizada com observância dos seguintes~~ requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação da Ata de RCA

2.1.1. A ata da RCA foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o nº 214.543/10-9, em sessão de 23 de junho de 2010 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal Valor Econômico, edição nacional.

2.2. Registro da Escritura

2.2.1. A presente Escritura e seus aditamentos serão registrados na JUCESP, de acordo com o exigido pelo artigo 62, inciso II da Lei das Sociedades por Ações, em até 05 (cinco) dias da data de sua respectiva celebração.

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.3.1. A Emissão deverá ser registrada na CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.385") e da Lei das Sociedades por Ações, bem como das demais disposições legais e regulamentares pertinentes, especialmente a Instrução CVM 400, a Instrução CVM 471, de 8 de agosto de 2008 ("Instrução CVM 471") e o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBIMA").

2.4. Procedimento Simplificado de Registro

2.4.1. O registro da Oferta será requerido por meio do procedimento simplificado de registro instituído pela Instrução CVM 471, sendo a Oferta previamente submetida à análise da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") para a elaboração do parecer técnico e, posteriormente, da CVM, por meio do convênio firmado entre CVM e Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (antiga denominação da ANBIMA), pelo qual a CVM reconheceu, para efeitos da Instrução CVM 471, que a ANBIMA possui estrutura adequada e capacidade técnica para realizar análises prévias e elaborar relatórios técnicos relativos a pedidos de registros de ofertas públicas de distribuição, por meio de procedimento simplificado.

3
3
4

BOVESPA

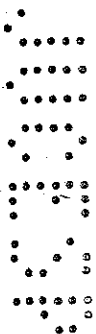
2.5. Registro para Distribuição nos Mercados Primário e Secundário

2.5.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (a) no SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e no SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (b) no DDA - Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e no Sistema BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na Central Depositária e Câmara de Liquidação do segmento BOVESPA, da BM&FBOVESPA.

2.6. Objeto Social da Emissora

2.6.1. A Emissora tem por objeto (a) o comércio, a indústria, a importação e a exportação de produtos de limpeza (sanantes e domissanitários) e higiene doméstica, bem como a representação por conta própria e de terceiros nos mercados; (b) a prestação de serviços de industrialização no ramo de bens de consumo; (c) a exploração da indústria e do comércio de produtos alimentícios e bebidas em geral, a saber: (i) laticínios, cereais, frutas e outros de origem animal ou vegetal, incluindo sucos concentrados, sucos naturais e artificiais, massas, biscoitos e doces; (ii) produtos e alimentos dietéticos, englobando a fabricação de açúcares e adoçantes de síntese, adoçantes dietéticos, de complementos dietéticos e de açúcar estévia; (iii) ração para animais; (iv) açúcar de cereais (dextrose) e de beterraba; (v) alimentos para crianças; (vi) alimentos especiais enriquecidos, complementos alimentares e outros alimentos conservados; e (vii) fabricação, refinação, homogeneização e mistura de aguardente de cana de açúcar, de outras aguardentes e bebidas destiladas, refrigerantes, refrescos, xaropes e pós para refrescos; (d) a produção, a industrialização e a comercialização dos equipamentos, embalagens e insumos para os produtos mencionados na alínea "c" acima, seus derivados e conexos, e para sementes, fertilizantes, produtos químicos e produtos agropecuários; (e) o aluguel e a importação de máquinas e equipamentos; (f) a locação de mão-de-obra; (g) a fabricação, o transporte, o armazenamento, a distribuição, a importação e a comercialização de produtos de higiene pessoal, tocador, cosméticos e perfumes; (h) a fabricação, o transporte, o armazenamento, a distribuição e a comercialização de medicamentos, de produtos para saúde (correlatos) e de produtos farmacêuticos alopatícos, fitoterápicos e homeopáticos para uso humano, importação de insumos e matérias primas para sua fabricação, pesquisas tecnológicas e científicas para seu desenvolvimento, representação comercial e marketing de medicamentos alopatícos e fitoterápicos; (i) a fabricação, o comércio por atacado, a importação e a exportação de: (i) bebidas e substâncias para preparar bebidas, (ii) ervas para infusão, (iii) artigos para fumantes, (iv) lubrificantes, (v) matérias tintórias, (vi) metais brutos ou não, inclusive preciosos, (vii) máquinas, ferramentas, equipamentos e

4
7



aparelhos mecânicos e eletro-eletrônicos; (viii) instrumentos musicais, veículos e suas partes, (ix) artigos de mobiliário e utensílios domésticos, (x) couro, (xi) plásticos, (xii) materiais para construção, materiais para escritório, (xiii) fios, tecidos, tapeçarias, amarrinhos, (xiv) brinquedos, (xv) roupas, (xvi) plantas e (xvii) artigos de "camping"; (j) publicações, serviços de publicidade, propaganda, eventos, administração de bens, serviços, negócios, construções e representação por conta de terceiros; (k) o comércio, a indústria, a importação e a exportação de produtos desinfetantes para controle de insetos e roedores, produtos químicos, inseticidas, defensivos para uso agrícola, aparelhos, instrumentos e engenhos de uso doméstico; (l) a prestação de serviços de assistência técnica, limpeza, conservação e imunização de móveis e imóveis, tratamento e beneficiamento de materiais em geral; (m) a confecção, comercialização, importação e exportação de calças plásticas, fraldas de algodão e congêneres, fraldas descartáveis, absorventes higiênicos, absorventes hospitalares, hastes flexíveis com algodão nas extremidades e algodão para higiene facial e corporal; (n) a fabricação e comércio de medicamentos para uso veterinário; (o) a calibração e aferição de equipamentos eletrônicos para terceiros; (p) o comércio de instrumental e materiais médico-cirúrgico-hospitalares; (q) atividades de envasamento e empacotamento (industrialização) por conta de terceiros, podendo inclusive re-embalar saís e insumos farmacêuticos e comercializá-los; (r) o comércio, a industrialização, a importação e a exportação de artefatos de látex; (s) o armazenamento, distribuição, transporte, importação e exportação dos produtos fabricados e comercializados, descritos nos itens (a) a (r) acima; e (t) a participação no capital de outras empresas, como acionista ou quotista, bem como a participação em investimentos que tenham por objeto as atividades listadas nos itens (a) a (s), acima.

CLÁUSULA III

DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO COMUNS ÀS SÉRIES

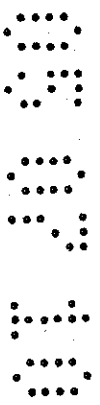
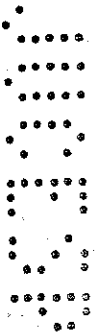
As Debêntures desta Emissão terão as seguintes características e condições:

3.1. Número da Emissão e Valor Total

3.1.1. A presente Escritura representa a 3ª (terceira) emissão pública de debêntures da Emissora.

3.1.2. O valor total da Emissão é de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida no item 3.8 abaixo, observado que tal montante poderá ser aumentado em virtude da emissão de Debêntures Adicionais e/ou da emissão de Debêntures do Lote Suplementar, conforme abaixo definidas.

5.4
8.2.7



3.2. Valor Nominal Unitário

3.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

3.3. Quantidade de Debêntures, Número de Séries, Debêntures Adicionais e Debêntures do Lote Suplementar

3.3.1. Serão emitidas até 500.000 (quinhentas mil) Debêntures, sem considerar as Debêntures Adicionais e as Debêntures do Lote Suplementar eventualmente emitidas.

3.3.2. A Emissão será realizada em até 3 (três) séries, sendo que o número de Debêntures a ser alocado em cada série será definido de comum acordo entre a Emissora e os Coordenadores (conforme abaixo definidos) de acordo com a demanda pelas Debêntures conforme apurada por meio da coleta de intenção de investimentos realizada nos termos do artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding"). Qualquer uma das três séries poderá não ser emitida, neste caso ficando a totalidade das Debêntures emitidas alocadas na(s) série(s) emitidas, conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding*.

3.3.3. A quantidade de Debêntures emitidas poderá ser aumentada, a critério da Emissora, de comum acordo com os Coordenadores, em até 20% (vinte por cento) em relação à quantidade originalmente ofertada, por meio da emissão de debêntures adicionais na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do artigo 14, §2º, da Instrução CVM 400 ("Debêntures Adicionais"). As Debêntures Adicionais terão as mesmas características das Debêntures originalmente ofertadas, nos termos da presente Escritura.

3.3.5. Exclusivamente com a finalidade de atender a excesso de demanda que vier a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de *Bookbuilding*, a quantidade de Debêntures emitidas poderá ser aumentada, a critério dos Coordenadores, de comum acordo com a Emissora, em até 15% (quinze por cento) em relação à quantidade originalmente ofertada, por meio da emissão de debêntures do lote suplementar na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400 ("Debêntures do Lote Suplementar"). As Debêntures do Lote Suplementar terão as mesmas características das Debêntures originalmente ofertadas, nos termos da presente Escritura.

3.3.6. A Emissora obriga-se, neste ato, a tomar todas as medidas necessárias para a emissão das Debêntures Adicionais e/ou das Debêntures do Lote Suplementar, caso a emissão de referidas Debêntures seja definida ao final do Procedimento de *Bookbuilding*.

6
2-5

3.4. Forma e comprovação de titularidade

3.4.1. As Debêntures terão a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados representativos de debêntures.

3.4.2. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Mandatário e Escriturador, conforme abaixo definido. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debiturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas no SND. Para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA, será emitido pela BM&FBOVESPA extrato de custódia em nome do Debiturista, que será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.

3.5. Conversibilidade

3.5.1. As Debêntures não serão convertíveis em ações.

3.6. Espécie

3.6.1. As Debêntures são da espécie quirografária e não conferirão qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, bem como não será segregado nenhum dos bens da Emissora em particular para garantir os titulares das Debêntures (“Debenturistas”) em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures.

3.7. Limite de Emissão

3.7.1. A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, o capital social da Emissora é de R\$ 3.168.194.793,69 (três bilhões, cento e sessenta e oito milhões, cento e noventa e quatro mil, setecentos e noventa e três reais e sessenta e nove centavos), o saldo devedor atualizado da 1ª emissão de debêntures da Companhia é de R\$209.010.436,01 (duzentos e nove milhões, dez mil, quatrocentos e trinta e seis reais e um centavo), o saldo devedor atualizado da 2ª emissão de debêntures da Companhia é de R\$201.115.936,33 (duzentos e um milhões, cento e quinze mil, novecentos e trinta e seis reais e trinta e três centavos) e o valor total desta 3ª Emissão é de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

257

3.8. Data de Emissão

3.8.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de julho de 2010 ("Data de Emissão").

3.9. Local de Pagamento

3.9.1. Os pagamentos a que fizerem jus os Debenturistas, bem como aqueles relativos a quaisquer outros valores devidos nos mesmos termos da presente Escritura, serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA e/ou CETIP, conforme o caso, por meio do Banco Mandatário e Escriturador ou na sede da Emissora para os Debenturistas que não estejam com suas Debêntures depositadas em custódia vinculada ao BovespaFix e/ou ao SND.

3.10. Imunidade dos Debenturistas

3.10.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, no mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.11. Prorrogação dos Prazos

3.11.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP ou da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

3.12. Encargos Moratórios

3.12.1. Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso devidamente acrescidos da remuneração das Debêntures

8
25/3

(conforme definido nas Cláusulas 4.4., 5.4. e 6.4. desta Escritura), desde a data de inadimplimento até a data do seu efetivo pagamento.

3.13. Mora do Debenturista

3.13.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.12. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do seu respectivo vencimento.

3.14. Publicidade

3.14.1 Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos titulares das Debêntures, deverão ser veiculados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação, na mesma data de sua publicação.

3.15. Destinação dos Recursos

3.15. Os recursos a serem captados na distribuição das Debêntures, após o pagamento das despesas e comissões da Oferta, serão destinados ao pagamento de dívidas e obrigações de responsabilidade da Emissora, conforme descrito no Prospecto.

3.16. Repactuação

3.16.1. As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.

3.17. Banco Mandatário e Escriturador

3.17.1. O banco mandatário e escriturador da Emissão é o Banco Bradesco S.A. ("Banco Mandatário" e "Banco Escriturador").

3.18. Subscrição e Integralização

3.18.1 As Debêntures serão subscritas e integralizadas no mercado primário por seu Valor Nominal Unitário, e acrescido *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, da atualização, se houver, e pela remuneração aplicável a cada série das Debêntures conforme definida em Procedimento de *Bookbuilding*.

9
R
RIS

RECEBEMOS

3.18.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com os procedimentos da CETIP ou da BM&FBOVESPA, conforme o caso.

3.19. Colocação e Plano de Distribuição

3.19.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime misto de garantia firme e melhores esforços de colocação, no montante de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A., do Banco Itaú BBA S.A., do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Banco Citibank S.A. (em conjunto referidos como “Coordenadores”), sendo a garantia firme prestada de forma individual e não solidária pelos Coordenadores, conforme os termos e condições estabelecidos no “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até três Séries, da Espécie Quirografia, em Regime Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços, da Hypermarcas S.A. (“Contrato de Distribuição”) celebrado na presente data entre a Emissora e os Coordenadores.

3.19.2. Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Debêntures, com expressa anuência da Companhia, conforme plano de distribuição adotado em consonância com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes dos Coordenadores, e (iii) que os seus representantes de venda recebam previamente o exemplar do prospecto preliminar (“Prospecto Preliminar”) e do prospecto definitivo (“Prospecto Definitivo”, e em conjunto com o Prospecto Preliminar os “Prospectos”) para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelos Coordenadores.

3.19.3. A distribuição pública das Debêntures somente terá início após o registro da Emissão pela CVM, a publicação do anúncio de início da Oferta e a disponibilização para os investidores do prospecto definitivo da Oferta, nos termos da Instrução CVM 400.

3.19.4. O investimento nas Debêntures não é adequado aos investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; e (ii) necessitem de liquidez considerável com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de Debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita.

3.20. Liquidez e Estabilização

3.20.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de

R
R.S
2

garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures;

CLÁUSULA IV

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 1ª SÉRIE

4.1. Quantidade

O número de Debêntures a ser alocado na 1ª (primeira) série ("Debêntures da 1ª Série") será definido de comum acordo pela Emissora e pelos Coordenadores, após a verificação da demanda pelas Debêntures nos diferentes índices de remuneração, nos termos apurados no Procedimento de *Bookbuilding*.

4.2. Prazo e Data de Vencimento

O prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série será de 48 (quarenta e oito) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2014 ("Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de Resgate Antecipado previstos nesta Escritura.

4.3. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série ("Amortização da 1ª Série").

4.4. Atualização e Remuneração das Debêntures da 1ª Série

4.4.1. Atualização Monetária das Debêntures da 1ª Série

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série não será atualizado.

4.4.2. Remuneração das Debêntures da 1ª Série

4.4.2.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 1ª Série farão jus à seguinte remuneração, definida em Procedimento de *Bookbuilding*, conforme definição abaixo:

4.4.2.2. As Debêntures da 1ª Série farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra grupo ("Taxas DI"), calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, capitalizada a uma sobretaxa máxima equivalente a 1,90% (um inteiro e noventa centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias

úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série não amortizado, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização da 1ª Série (conforme abaixo definido), até o seu efetivo pagamento, conforme definido no item 4.4.2.3 abaixo ("Remuneração da 1ª Série").

4.4.2.3. Define-se "Período de Capitalização da 1ª Série" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização da 1ª Série, ou na data do efetivo pagamento da Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior no caso dos demais Períodos de Capitalização da 1ª Série, e termina na data do efetivo pagamento de Remuneração da 1ª Série correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização da 1ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento.

4.4.2.4. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento da Remuneração 1ª Série, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

4.4.2.5. O cálculo da Remuneração da 1ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J - Valor dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

VNe - Valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal unitário, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator Juros - fator de juros composto pelo Fator DI e Fator Spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

Fator DI - produto das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

SECRET

onde:

k – Número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até n_{DI} .

n_{DI} - Número total de fatores da Taxa DI, consideradas na apuração do "Fator DI" em cada Período de Capitalização, sendo " n_{DI} " um número inteiro.

TDI_k – Fator da Taxa DI de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k - Taxa DI de ordem k , divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Fator Spread – sobretaxa de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Spread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

spread – acréscimo sobre a Taxa DI, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casa decimais.

n – número de dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização da 1ª Série, e a data de cálculo, sendo " n " um número inteiro.

O fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efeita-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

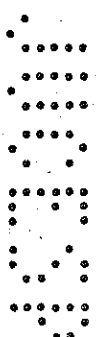
4.4.2.6. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será aplicada para apuração de TDI_k em sua substituição, a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da 1ª Série, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.4.2.7. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, será aplicada para apuração de TDI_k, automaticamente no lugar da Taxa DI a taxa média dos financiamentos diários com lastro em títulos federais, apurados no Sistema de Liquidação e Custódia ("Taxa Selic"). Na impossibilidade de aplicação da Taxa Selic, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas da 1ª Série ("AGD 1ª Série"), na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado para apuração da Remuneração da 1ª Série, o qual deverá refletir a metodologia utilizada em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva da 1ª Série"). A AGD 1ª Série será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, as fórmulas da Cláusula 4.4.2.5 e para a apuração de TDI_k será utilizado o valor da última Taxa DI divulgada.

4.4.2.8. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD 1ª Série, a referida AGD 1ª Série não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração da 1ª Série.

4.4.2.9. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva da 1ª Série entre a Emissora e os Debenturistas da 1ª Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da 1ª Série, conforme definido na Cláusula 11.2.2 abaixo, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data da realização da AGD 1ª Série, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da 1ª Série em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da AGD 1ª Série, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração da 1ª Série devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de



Emissão ou da data de pagamento de Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso. As Debêntures da 1ª Série adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração da 1ª Série das Debêntures da 1ª Série a serem adquiridas serão utilizadas as fórmulas da Cláusula 4.4.2.5 e para a apuração de TDI_k será utilizado o valor da última Taxa DI divulgada; ou

(ii) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures da 1ª Série em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série. Nesta alternativa, durante o prazo de amortização das Debêntures da 1ª Série pela Emissora (a) todos os Debenturistas da 1ª Série receberão o pagamento na mesma proporção e (b) a periodicidade do pagamento da Remuneração da 1ª Série será mantida, observado que, até a amortização integral das Debêntures da 1ª Série, será utilizada uma taxa de remuneração definida pelos Debenturistas da 1ª Série e apresentada à Emissora na referida AGD 1ª Série. Caso a respectiva taxa de remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.4.2.10. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será objeto de aditamento da Escritura.

4.4.2.11. O pagamento da Remuneração da 1ª Série será feito semestralmente, e será incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da 1ª Série, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série imediatamente anterior, conforme aplicável, conforme tabela abaixo.

Pagamento da
Remuneração da 1ª Série
15 de dezembro de 2010
15 de julho de 2011
15 de dezembro de 2011
15 de julho de 2012
15 de dezembro de 2012
15 de julho de 2013
15 de dezembro de 2013
15 de julho de 2014

Handwritten signature and initials.

4.5. Resgate Antecipado

4.5.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, resgatar antecipadamente as Debêntures da 1ª Série a qualquer tempo a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão, integral ou parcialmente, mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 3.14.1 desta Escritura, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias ("Comunicação de Resgate das Debêntures da 1ª Série"). O valor de resgate devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da 1ª Série e eventuais demais encargos devidos e não pagos até a data do resgate antecipado ("Resgate Antecipado").

4.5.2. Na Comunicação de Resgate das Debêntures da 1ª Série deverá constar (i) a data do Resgate Antecipado, (ii) se o Resgate Antecipado será total ou parcial, e (iii) o valor do Resgate Antecipado, o qual será correspondente ao (a) saldo Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, acrescido (b) da Remuneração da 1ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento; e (c) do Prêmio de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido) a ser calculado de acordo com o item 4.5.3 abaixo.

4.5.3. A Emissora pagará um prêmio de Resgate Antecipado para as Debêntures da 1ª Série correspondente a 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) sobre o valor do saldo devedor não amortizado das Debêntures da 1ª Série, calculado *pro rata temporis* ao prazo remanescente das Debêntures da 1ª Série ("Prêmio de Resgate Antecipado"), calculado de acordo com a fórmula a seguir:

$$P = (1,0120^{\frac{d}{360}} - 1) \times (VNe + J)$$

onde,

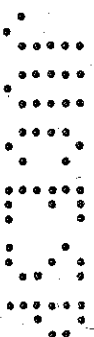
P = prêmio de resgate antecipado da 1ª Série, calculado com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento;

d = quantidade de dias úteis a transcorrer entre a data do Resgate Antecipado da 1ª Série e a Data de Vencimento da 1ª Série;

D = quantidade de dias úteis entre o 12º mês contado da Data de Emissão da 1ª Série e a Data de Vencimento da 1ª Série;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

[Handwritten signature]



J = valor da Remuneração da 1ª Série devida na data do Resgate Antecipado da 1ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento.

4.5.4. Os valores relativos ao Prêmio de Resgate Antecipado serão devidos aos respectivos titulares das Debêntures da 1ª Série, e serão pagos simultaneamente ao pagamento do Resgate Antecipado.

CLÁUSULA V

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 2ª SÉRIE

5.1. Quantidade

O número de Debêntures a ser alocado na 2ª (segunda) série ("Debêntures da 2ª Série") será definido de comum acordo pela Emissora e pelos Coordenadores, após a verificação da demanda pelas Debêntures nos diferentes índices de remuneração, nos termos apurados no Procedimento de *Bookbuilding*.

5.2. Prazo e Data de Vencimento

O prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série será de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2015 ("Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas nesta Escritura.

5.3. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento da 2ª Série ("Amortização da 2ª Série").

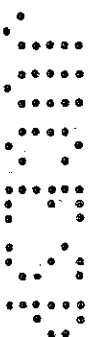
5.4. Atualização e Remuneração das Debêntures da 2ª Série

5.4.1. Atualização Monetária das Debêntures da 2ª Série

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série não será atualizado.

5.4.2. Remuneração da 2ª Série

5.4.2.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 2ª Série farão jus à seguinte remuneração, definida em Procedimento de *Bookbuilding*, conforme definição abaixo:



5.4.2.2. As Debêntures da 2ª Série farão jus a uma remuneração correspondente à variação acumulada da Taxa DI, calculadas e divulgadas diariamente pela CEFIP, capitalizada a uma sobretaxa máxima equivalente a 2,15% (dois inteiros e quinze centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série não amortizado, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização da 2ª Série, até o seu efetivo pagamento, conforme definido no item 5.4.2.3 abaixo ("Remuneração da 2ª Série").

5.4.2.3. Define-se "Período de Capitalização da 2ª Série" como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização da 2ª Série, ou na data do efetivo pagamento da Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior no caso dos demais Períodos de Capitalização da 2ª Série, e termina na data do efetivo pagamento de Remuneração da 2ª Série correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização da 2ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento.

5.4.2.4. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento da Remuneração 2ª Série, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

5.4.2.5. O cálculo da Remuneração da 2ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J - Valor dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devido no final do Período de Capitalização.

VNe - Valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal unitário, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator Juros – fator de juros composto pelo *Fator DI* e *Fator Spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

Fator DI - produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com

arrendamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

k – Número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até n_{DI} .

n_{DI} – Número total de fatores da Taxas DI consideradas na apuração do "Fator DI" em cada Período de Capitalização, sendo " n_{DI} " um número inteiro.

TDI_k – Fator da Taxa DI de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k - Taxa DI de ordem k , divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Fator Spread – sobretaxa de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da segunda forma:

$$\text{Fator Spread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

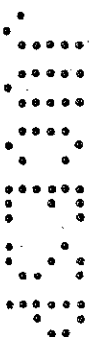
spread – acréscimo sobre a Taxa DI, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casa decimais.

n – número de dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização da 2ª Série, a data de cálculo, sendo " n " um número inteiro.

O fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Di 7



Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator residual do provento "Fator D" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

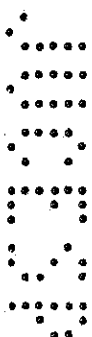
5.4.2.6. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será, aplicada para apuração de TDI_k em sua substituição, a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da 2ª Série, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

5.4.2.7. Durante o Período de Ausência de Taxa DI ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, será aplicada para apuração de TDI_k, automaticamente no lugar da Taxa DI, a Taxa Selic. Na impossibilidade de aplicação da Taxa Selic, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas da 2ª Série ("AGD 2ª Série"), na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado para apuração da Remuneração da 2ª Série, o qual deverá refletir a metodologia utilizada em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva da 2ª Série"). A AGD 2ª Série será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, as fórmulas da Cláusula 5.4.2.5 e para a apuração de TDI_k será utilizado o valor da última Taxa DI divulgada.

5.4.2.8 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD 2ª Série, a referida AGD 2ª Série não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures da 2ª Série.

5.4.2.9 Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva da 2ª Série entre a Emissora e os Debenturistas da 2ª Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da 2ª Série, conforme definido na Cláusula 11.2.2 abaixo, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data da realização da AGD 2ª Série, qual a alternativa escolhida:

- (i) a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da 2ª Série em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da AGD 2ª Série, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração da 2ª Série devida até a data



da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento; de Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, conforme o caso. As Debêntures da 2ª Série adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração da 2ª Série das Debêntures da 2ª Série a serem adquiridas serão utilizadas as fórmulas da Cláusula 5.4.2.5 e para a apuração de TDI, será utilizado o valor da última Taxa DI divulgada.; ou

(ii) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures da 2ª Série em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série. Nesta alternativa, durante o prazo de amortização das Debêntures da 2ª Série pela Emissora (a) todos os Debenturistas da 2ª Série receberão o pagamento na mesma proporção e (b) a periodicidade do pagamento da Remuneração da 2ª Série será mantida, observado que, até a amortização integral das Debêntures da 2ª Série, será utilizada uma taxa de remuneração definida pelos Debenturistas da 2ª Série e apresentada à Emissora na referida AGD 2ª Série. Caso a respectiva taxa de remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

5.4.2.10. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será objeto de adiamento da Escritura.

5.4.2.12. O pagamento da Remuneração da 2ª Série será feito semestralmente, e será incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures da 2ª Série, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série imediatamente anterior, conforme aplicável, conforme tabela abaixo.

Pagamento da Remuneração da 2ª Série
15 de dezembro de 2010
15 de julho de 2011
15de dezembro de 2011
15 de julho de 2012
15de dezembro de 2012
15de julho de 2013
15 de dezembro de 2013

15 de julho de 2014
15 de dezembro de 2014
15 de julho de 2015

5.5. Resgate Antecipado Facultativo

5.5.1. Não será permitido o Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da 2ª Série.

CLÁUSULA VI CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA 3ª SÉRIE

6.1. Quantidade

6.1.1. O número de Debêntures a ser alocado na 3ª (terceira) série ("Debêntures da 3ª Série") será definido de comum acordo pela Emissora e pelos Coordenadores, após a verificação da demanda pelas Debêntures nas diferentes taxas de remuneração, conforme apurado pelo Procedimento de *Bookbuilding*.

6.2. Prazo e Data de Vencimento

6.2.1. O prazo de vencimento das Debêntures da 3ª Série será de 72 (setenta e dois) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2016 ("Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas nesta Escritura.

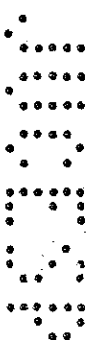
6.3. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário

6.3.1. O Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme abaixo definido) das Debêntures da 3ª Série será amortizado conforme a tabela a seguir ("Amortização da 3ª Série"):

Data da Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série a ser Amortizado
15 de julho de 2015	50,0%
15 de julho de 2016	50,0%

6.4. Atualização e Remuneração da 3ª Série

A partir da Data de Emissão, as Debêntures da 3ª Série farão jus ao seguinte rendimento, composto pela Atualização da 3ª Série (conforme definida no item 6.4.1. abaixo) e pela



Dut = número de dias úteis contidos entre a data de aniversário imediatamente anterior e a próxima data de aniversário, sendo "du" um número inteiro.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.

Caso, se até a data de aniversário, NI_k não houver sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a NI_k na apuração do Fator "C" um número-índice projetado, calculado com base na última projeção disponível, divulgada pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA") ("Número-Índice Projetado" e "Projeção") da variação percentual do IPCA/IBGE, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

onde:

NI_{kp} : Número-Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 casas decimais, com arredondamento;

Projeção: variação percentual projetada pela ANDIMA referente ao mês de atualização.

(i) o Número-Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número-índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debituristas da 3ª Série quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e

(ii) o número-índice do IPCA/IBGE, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

Observações:

- O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;
- Considera-se data de aniversário o dia da data de vencimento das Debêntures da 3ª Série e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente;
- Considera-se como mês de atualização das Debêntures da 3ª Série, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários das Debêntures da 3ª Série consecutivas;

iv. O fator resultante da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dut}{360}}$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem

arredondamento;

v. O produtivo é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento;

vi. Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do dia útil subsequente, apropriando o pro rata do último dia útil anterior.

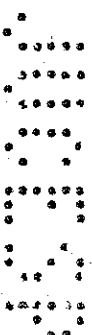
6.4.1.1. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, o Número-Índice Projetado do IPCA, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

6.4.1.1.1 Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Série ("AGD 3ª Série"), na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado para apuração da Remuneração da 3ª Série, a qual deverá refletir a metodologia utilizada em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva da 3ª Série"). A AGD 3ª Série será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal do IPCA, o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro serão utilizadas, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, as fórmulas da Cláusula 6.4.1.

6.4.1.1.2 Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da AGD da 3ª Série, a referida Assembleia de Debenturistas não será mais realizada, e o IPCA divulgado, voltará a ser utilizado para o cálculo da atualização das Debêntures da 3ª Série a partir da data de aniversário correspondente.

6.4.1.1.3 Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva da 3ª Série entre a Emissora e Debenturistas da 3ª Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da 3ª Série, conforme definido na Cláusula 11.2.2 abaixo, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data da realização da AGD 3ª Série, qual a alternativa escolhida:

25
4/5



(i) a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da 3ª Série em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da AGD 3ª Série, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração da 3ª Série devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração da 3ª Série imediatamente anterior, conforme o caso. As Debêntures da 3ª Série adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da atualização das Debêntures da 3ª Série a serem adquiridas será utilizada para o cálculo do fator "C" a última variação do IPCA apurada; ou

(ii) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures da 3ª Série em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures da 3ª Série. Nesta alternativa, durante o prazo de amortização das Debêntures da 3ª Série pela Emissora (a) todos os Debituristas da 3ª Série receberão o pagamento na mesma proporção e (b) a periodicidade do pagamento da Remuneração da 3ª Série será mantida, observado que, até a amortização integral das Debêntures da 3ª Série, será utilizada uma taxa de remuneração definida pelos Debituristas da 3ª Série e apresentada à Emissora na referida AGD 3ª Série.

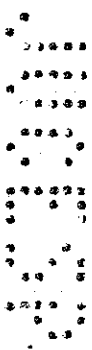
6.5. Periodicidade e Valor de Pagamento da Atualização da 3ª Série

6.5.1. A Atualização das Debêntures da 3ª Série será paga juntamente com o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, e na proporção do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, conforme definido na tabela do item 6.3 acima, exclusivamente: (i) nas datas de Amortização das Debêntures da 3ª Série, conforme tabela constante do item 6.3. acima; e/ou (ii) na ocorrência de alguma das hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 8, abaixo.

6.6. Remuneração da 3ª Série

6.6.1. As Debêntures da 3ª Série farão jus à uma remuneração ("Remuneração da 3ª Série") correspondente à taxa fixa equivalente a, no máximo, 190 bps (cento e noventa *basis points*), acrescida exponencialmente à taxa anual indicativa divulgada pela ANBIMA 2 (dois) dias úteis antes da data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, para as Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B), com vencimento em 15 de maio de 2015, 2 (dois) dias úteis antes da data de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 3ª Série ou sobre o saldo do Valor Nominal atualizado das

26
23



Debêntures da 3ª Série, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração da 3ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis de acordo com a fórmula prevista abaixo. A Remuneração da 3ª Série será definida em Procedimento de *Bookbuilding*.

6.6.2. Define-se “Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, ou na data do efetivo pagamento de Remuneração da 3ª Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures da 3ª Série, e termina na data de pagamento de Remuneração da 3ª Série correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização das Debêntures da 3ª Série sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Série.

6.6.3. O cálculo da Remuneração da 3ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

Vna = valor nominal unitário atualizado das Debêntures da 3ª Série calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

$FatorJuros$ = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

$Taxa$ = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*;

DP = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior e a data de apuração,;

6.6.4. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será objeto de aditamento da Escritura.

6.7. Periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série

O pagamento da Remuneração da 3ª Série será feito anualmente e será incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série ou sobre o saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da 3ª Série, conforme aplicável, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento da Remuneração das Debêntures da 3ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, conforme tabela abaixo.

Pagamento da Remuneração da 3ª Série
15 de julho de 2011
15 de julho de 2012
15 de julho de 2013
15 de julho de 2014
15 de julho de 2015
15 de julho de 2016

6.8. Resgate Antecipado

As Debêntures da 3ª Série não poderão ser resgatadas antecipadamente pela Emissora.

CLÁUSULA VII DA NEGOCIAÇÃO DE DEBÊNTURES PELA EMISSORA

7.1. Aquisição Facultativa

7.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 11.2.2 abaixo, por preço não superior ao respectivo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido, conforme a(s) série(s) das Debêntures a serem adquiridas, (i) da Remuneração da 1ª Série, e/ou (ii) da Remuneração da 2ª Série e/ou da (iii) da Atualização e Remuneração da 3ª Série. Os valores de atualização e remuneração serão calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento imediatamente anterior das respectivas atualização e remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações.

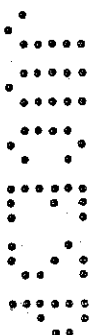
7.1.2. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ~~ser canceladas a qualquer momento,~~ permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado, devendo, no primeiro caso, ser objeto de aditamento a esta Escritura.

7.1.3. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em Circulação, observadas as características de sua respectiva série.

CLÁUSULA VIII VENCIMENTO ANTECIPADO

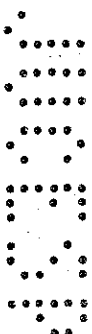
8.1. As obrigações da Emissora constantes dos instrumentos relacionados à Emissão poderão ser declaradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos eventos estabelecidos abaixo:

- (a) pedido por parte da Emissora e/ou por qualquer de suas controladas, de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (b) pedido ou decretação de insolvência civil de acionistas controladores da Emissora que detenham, individualmente ou em conjunto, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social da Emissora;
- (c) extinção, liquidação, dissolução, insolvência ou pedido de autofalência, pedido de falência da Emissora, e/ou de quaisquer das suas controladoras com participação, individual ou conjuntamente, de no mínimo 10% (dez por cento) no capital social da Emissora e controladas, não elidido no prazo legal;
- (d) não pagamento, pela Emissora, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a data em tal pagamento tornar-se exigível, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, e em especial àquelas referentes ao pagamento do principal, remuneração e demais encargos pactuados nas Debêntures;
- (e) não cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não-pecuniária, nos termos desta Escritura de Emissão, não sanada em um prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da data de recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente

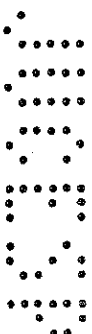


Fiduciário à Emissora, sendo que este prazo ~~não se aplica~~ ^{aplica-se} aquelas obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específica;

- (f) redução de capital social da Emissora que resulte em capital social inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do capital social existente na Data de Emissão, exceto (i) nos casos de redução de capital realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) se previamente autorizado pelos titulares de Debêntures representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (g) protestos de títulos contra a Emissora e/ou contra quaisquer das suas controladas, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis de sua ocorrência;
- (h) inadimplemento de quaisquer obrigações financeiras e dívidas da Emissora e/ou das suas controladas e/ou controladoras com participação, individual ou conjuntamente, de no mínimo 10% (dez por cento) no capital social da Emissora, em montante unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), no mercado local ou internacional, salvo se a Emissora comprovar, até o 3º (terceiro) dia útil imediatamente seguintes à data de sua ocorrência, que tal inadimplemento não ocorreu ou foi devidamente sanado pela Emissora;
- (i) pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso esta esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Emissão;
- (j) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas no prazo estipulado para o pagamento;
- (k) cessão, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente aprovada pela maioria simples dos titulares de Debêntures reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (l) transformação do tipo societário da Emissora para sociedade limitada;



- (m) se houver a incorporação, cisão, fusão, reorganização societária ou venda de participação societária que resulte na não prevalência da Igarapava Participações S.A. e da Maiorem S.A. de C.V., em conjunto, direta ou indiretamente, como as principais acionistas do bloco de controle da Emissora; ou se houver a incorporação, cisão, fusão, reorganização societária ou venda de participação societária que acarrete em perda do atual controle societário, direto ou indireto, da Igarapava Participações S.A. ou da Maiorem S.A. de C.V.;
- (n) mudança relevante nas condições econômicas, no estado financeiro e/ou operacionais da Emissora, que comprovadamente (mediante a publicação de fato relevante ou de comunicado ao mercado pela Emissora, nos termos da Instrução CVM n.º 358, bem como na regulamentação aplicável), afete de forma relevante negativamente a capacidade da Emissora cumprir com suas obrigações financeiras;
- (o) não renovação, cancelamento, intervenção, revogação ou suspensão de autorizações, alvarás e licenças, que impeça o funcionamento de uma ou mais unidades industriais da Emissora e/ou de suas controladas ou a produção de um ou mais produtos pela Emissora e/ou suas controladas que, em qualquer caso, representem valor igual ou superior a 20% (vinte por cento) do faturamento consolidado da Emissora, exceto se, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, intervenção, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora e/ou de suas controladas, conforme o caso, até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (p) mudança ou alteração no objeto social da Emissora que modifique as atividades atualmente por ela praticadas de forma relevante, ou que agregue a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios significativos e relevantes em relação às atividades atualmente desenvolvidas;
- (q) não observância pela Emissora de qualquer dos seguintes índices financeiros, por dois semestres consecutivos, a serem calculados sempre com base nas demonstrações contábeis consolidadas de dezembro e junho da Emissora, iniciando-se com as informações contábeis de dezembro de 2010 e informados ao Agente Fiduciário, juntamente com o relatório da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais índices financeiros, em até 15 (quinze) dias úteis após o prazo legal exigido pela CVM, na legislação em vigor, para divulgação das respectivas informações financeiras da Emissora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:



1) Dívida Financeira Líquida / EBITDA: Igual ou inferior a 3,75x, sendo que será considerado o maior EBITDA entre (i) o EBITDA acumulado dos últimos 12 (doze) meses; e (ii) o EBITDA do último trimestre multiplicado por 4,0.

2) Cobertura de Juros (EBITDA / Despesa de Juros Líquidos): igual ou superior a 2,0x considerando os últimos 12 (doze) meses.

Onde:

"Dívida Financeira Total": significa o somatório de (a) todas as obrigações da Emissora e/ou de suas subsidiárias por fundos tomados em empréstimo ou recebidos a título de adiantamento ou depósito; (b) todas as obrigações da Emissora e/ou de suas subsidiárias evidenciadas por títulos, debêntures, notas, contratos derivativos (e que não sejam celebrados para fim de proteção de flutuação de taxas de juros, moedas ou inflação), ou instrumentos similares; (c) todas as obrigações relativas a arrendamentos mercantis da Emissora e de suas subsidiárias; (d) todas as obrigações, condicionais ou não, da Emissora e/ou de suas subsidiárias na qualidade de garantidora de cartas de crédito, cartas de garantia e/ou avais, excetadas as cartas de crédito e/ou cartas de garantia exclusivamente relativas às importações da Emissora e/ou de suas subsidiárias; (e) todas as obrigações, condicionais ou não, da Emissora e/ou de suas subsidiárias em relação a aceites bancários; (f) todas as dívidas de terceiros garantidas (ou em relação às quais o titular da dívida tenha um direito, seja condicional ou não, de ser garantido) por qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos pela Emissora e/ou de suas subsidiárias, tenha ou não a dívida garantida sido assumida; e (g) toda dívida ou obrigação da Emissora ou suas subsidiárias decorrente de aquisição de empresas, ativo imobilizado e marcas.

"Dívida Financeira Líquida": significa Dívida Financeira Total menos (i) caixa; (ii) investimentos de curto prazo; (iii) fundos de renda fixa com liquidez diária de instituições financeiras de primeira linha; e (iv) títulos de emissão do governo federal e/ou de instituições financeiras de primeira linha, desde que com liquidez diária ou liquidez diária após período de carência de no máximo 90 (noventa) dias da data do investimento;

"EBITDA": significa o somatório (a) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Emissora na linha "Resultado Operacional" (excluindo as receitas e as despesas financeiras); (b) todos os montantes de depreciação e amortização; (c) todo crédito tributário relativo a benefícios fiscais, incluindo, mas não se limitando a, fomentar, exemplificativamente; e (d) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de "Custo de Operação", tudo

determinado em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceitos no Brasil.

"Despesa de Juros Líquidos": significa as despesas da Emissora e das suas subsidiárias, relacionadas ao total de juros a pagar incidentes sobre o montante da dívida em determinado período, incluindo comissões, descontos, honorários e despesas derivadas de letras de crédito e de aceite de financiamentos na medida em que tais financiamentos constituam Dívida Financeira Total diminuída das receitas da Emissora e das suas subsidiárias em qualquer período, relacionadas ao total de juros recebidos provenientes de suas aplicações financeiras.

- (r) provarem-se falsas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora durante a vigência das Debêntures e/ou no Contrato de Distribuição;
- (s) alteração do Estatuto Social da Emissora, que implique a concessão de direito de retirada aos acionistas da Emissora, durante a vigência das Debêntures desta Emissão, desde que haja uma retirada efetiva de acionistas que representem, individual ou conjuntamente, 15% (quinze por cento) ou mais do capital social da Emissora;

- (t) descumprimento de qualquer decisão administrativa de entidade regulatória contra a qual não seja obtido efeito suspensivo no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da respectiva notificação e que possa, comprovadamente, impactar de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora; e

- (u) se a Emissora e/ou qualquer de suas controladas promover, em uma única operação ou em uma série de operações, a alienação, direta ou indireta, total ou parcial, de ativos operacionais que, individualmente ou em conjunto, resulte em uma receita bruta de vendas consolidada da Emissora em valor inferior a R\$ 2.370.002 mil (equivalente a 80% (oitenta por cento) da receita bruta de vendas consolidada da Emissora apurada nos últimos 12 (doze) meses findos em 31 de março de 2010) ("Valor de Referência"). A apuração da receita bruta de vendas consolidada da Emissora para fins de comparação com o Valor de Referência será realizada trimestralmente, até o 45º (quadragésimo quinto) dia contado da data de encerramento de cada trimestre calendário, com base na receita bruta de vendas consolidada da Emissora relativa aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao encerramento do referido trimestre, considerando-se as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou objeto de revisão especial pelos auditores independentes da Emissora, conforme o caso. A verificação do valor da redução da receita bruta de vendas em relação ao Valor de Referência será realizada a partir da data da alienação dos ativos até o 12º mês seguinte à referida data, findo o qual a

respectiva alienação não mais será considerada como um potencial evento de vencimento antecipado.

8.2. Os valores mencionados nas alíneas acima não serão reajustados ou corrigidos.

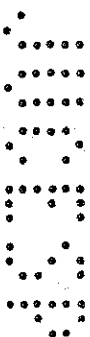
8.3. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas "a", "b", "c", "d", "f", "g", "h", "i", "j", "l", "q", "r" e "s" acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos respectivos titulares, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação nesse sentido pelo Agente Fiduciário à Emissora. Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas "e", "k", "m", "n", "o", "p", "r" e "u" acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral a que se refere este item deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo máximo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

8.4. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas referida acima não seja convocada pelo Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) dias úteis ali previsto, tal assembleia poderá ser convocada pela Emissora, ou por Debenturistas representando no mínimo 10% das Debêntures em Circulação.

8.5. Na assembleia mencionada no item 8.3 acima, que será instalada de acordo com o quorum previsto na Cláusula XI "Assembleia Geral de Debenturistas" abaixo, os titulares de Debêntures em Circulação, em assembleia conjunta, poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas "e", "k", "m", "n", "o", "p", "r" e "u".

8.6. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 8.3. acima por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 8.5. acima pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados no item 8.1. acima.

8.7. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário, atualizado ou não, conforme o caso, das respectivas Debêntures em Circulação, acrescido da respectiva Remuneração aplicável a cada série das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos das Debêntures, em até 5 (cinco) dias úteis contados (i)



da data de declaração do vencimento antecipado automática das Debêntures, ou (ii) da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas ~~de que tratam os parágrafos~~ acima, conforme o caso, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios devidos.

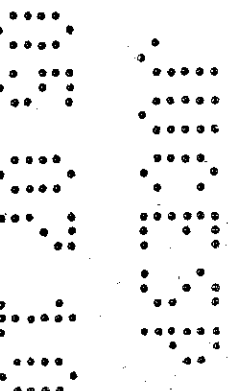
8.7.1. A Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP, a BM&FBOVESPA e o Banco Mandatário sobre o pagamento de que trata o item 8.7. acima, com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

8.8. Em qualquer caso, a decretação do vencimento antecipado das Debêntures de uma das séries ocasionará o vencimento antecipado das Debêntures integrantes das outras séries.

CLÁUSULA IX DOS COMPROMISSOS DA EMISSORA E DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

9.1. Até a amortização total do saldo devedor das Debêntures, a Emissora obriga-se a:

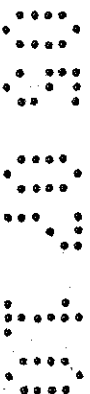
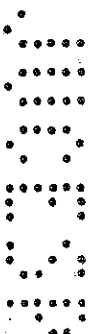
- (a) utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme descrito nesta Escritura e nos Prospectos;
- (b) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora, ou sobre qualquer evento ou fato, que no entendimento da Emissora afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 02 (dois) dias úteis contado a partir da data que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento;
- (c) notificar o Agente Fiduciário em até 02 (dois) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento de qualquer decisão judicial, administrativa e arbitral relevante que implique em condenação da Emissora à obrigação cujo cumprimento implique em dispêndio igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); e fornecer ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias úteis, sempre que por ele solicitado, informações acerca do andamento atualizado dos processos e procedimentos judiciais, administrativos e arbitrais dos quais a Emissora figure como parte;
- (d) notificar o Agente Fiduciário em até 02 (dois) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento sobre a ocorrência de quaisquer descumprimentos de obrigações previstas nesta Escritura, bem como qualquer ato que implique no vencimento antecipado das obrigações desta Escritura, conforme previsto na Cláusula 8 acima.



9.2. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) encaminhar ao Agente Fiduciário:

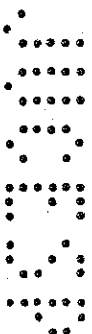
- (i) dentro de 5 (cinco) dias úteis da respectiva solicitação, informações razoáveis sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário eventualmente requerer, desde que tais informações sejam necessárias à defesa dos direitos dos Debenturistas, e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;
- (ii) no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, caso não estejam disponíveis na CVM; e no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após o prazo legal exigido pela CVM para divulgação das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, relatório contendo memória de cálculo para acompanhamento dos limites e índices financeiros previstos no item 8.1.(g) desta Escritura de Emissão;
- (iii) no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o término de cada trimestre do exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas informações financeiras consolidadas relativas ao respectivo trimestre, caso não estejam disponíveis na CVM;
- (iv) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos legalmente previstos, fatos relevantes, atas de Conselho de Administração e Assembléias Gerais da Emissora, em até 01 (um) dia útil após as respectivas publicações, caso não estejam disponíveis no site da CVM;
- (v) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um evento de inadimplemento que envolva valores iguais ou superiores à R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em 2 (dois) dias úteis após o seu recebimento;
- (ix) desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento;
- (vi) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;



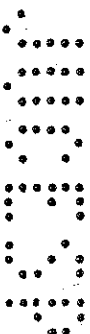
e

(vii) confirmar, por escrito, ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva solicitação, de que está adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura.

- (b) convocar as AGD 1ª Série, AGD 2ª Série, AGD 3ª Série ou AGD, conforme o caso, para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacionem direta ou indiretamente com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (c) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia, pela CETIP ou pela BM&FBOvespa;
- (d) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM;
- (e) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos das normas, regulamentos e instruções da CVM aplicáveis;
- (f) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, bem como os termos desta Escritura;
- (g) contratar agência classificadora de risco que seja a Standard & Poors, Moody's ou Fitch ou qualquer agência internacional de *rating* que as substitua caso estas venham a deixar de existir, para obtenção de "*rating*", para:
 - (i) manter atualizado o relatório de classificação de risco das Debêntures, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco dê ampla divulgação de tal classificação de risco ao mercado;
 - (ii) assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de disponibilização dos referidos relatórios, ainda que a classificação de risco das Debêntures não tenha sido alterada em relação ao relatório anterior; e
 - (iii) comunicar em até 3 (três) dias úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures;
- (h) encaminhar imediatamente à CVM e ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido na alínea anterior;



- (i) possuir as autorizações para celebrar esta Escritura e cumprir com todas as obrigações aqui previstas, satisfazendo todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (j) cumprir, em todos seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé, pela Emissora;
- (k) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado) tenha acesso irrestrito, em data previamente acordada com a Emissora, a qual não poderá exceder a 5 (cinco) dias úteis contados de solicitação do Agente Fiduciário a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras, caso não estejam disponíveis no site da CVM;
- (l) manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (m) notificar o Agente Fiduciário, a BM&FBOVESPA e a CETIP, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a ocorrência do evento;
- (n) informar no prazo de até 2 (dois) dias úteis, à BM&FBOVESPA e à CETIP sobre qualquer mudança ou imprecisão que afete de forma relevante, diretamente ou indiretamente, as informações prestadas nos Prospectos e/ou relacionadas às Debêntures;
- (o) praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as autorizações, aprovações, licenças e consentimentos exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e necessárias para permitir o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas na presente Escritura, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações;



- (p) manter válidas e regulares as licenças ambientais ~~relevantes~~ ~~pertinentes~~ às suas atividades, bem como cumprir todas as ~~exigências técnicas~~ ~~exigências técnicas~~ nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja falta, perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (q) manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa;
- (r) contratar e manter contratado, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures: (i) banco mandatário e escriturador; (ii) agente fiduciário; e (iii) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e BOVESPAFIX);
- (s) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura; e
- (t) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, conforme previsto na cláusula 3.15. acima.
- (u) enviar à CVM, ao BM&FBOVESPA e à CETIP, na data da primeira publicação de convocação de AGD, cópia do respectivo edital de convocação e da proposta a ser submetida à AGD; e
- (v) enviar à CVM, ao BM&FBOVESPA e à CETIP, no mesmo dia das AGD da 1ª Série, AGD da 2ª Série, AGD 3ª Série ou da AGD, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata das assembleias.
- 9.2.1 A Emissora se obriga, em nome de todas suas subsidiárias integrais, existentes na presente data ou que venham a ser criadas, e até que o saldo devedor das Debêntures seja integralmente pago, observar as obrigações estabelecidas nos itens (f), (g) e (s) acima. Em relação às sociedades controladas, a Emissora se obriga a utilizar seu direito de voto, até que o saldo devedor das Debêntures seja integralmente pago, para assegurar o cumprimento das obrigações estabelecidas nos itens (f), (g) e (s) acima.

39
39
39

CLÁUSULA X DO AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia a Pavani Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, acima qualificada, como o Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da Escritura, representar perante a Emissora os titulares das Debêntures.

10.1.1. O exercício permanente da função de Agente Fiduciário é privativo das pessoas indicadas no artigo 7º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28").

10.2. Substituição

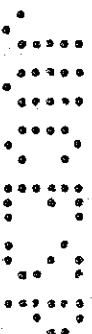
10.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

10.2.2. Se a convocação da AGD a que se refere a Cláusula 10.2.1 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

10.2.3. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria AGD que o escolher, observado o disposto na Cláusula 10.2.7. abaixo.

10.2.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

10.2.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.



10.2.6. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prevista à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

10.2.7. O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a AGD não delibere sobre a matéria, observado que (i) o eventual substituto não poderá, em hipótese alguma, receber remuneração superior ao seu antecessor; e (ii) a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de suas funções como agente fiduciário.

10.2.8. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser operada por meio de aditamento à presente Escritura, aditamento este que deverá ser inscrito na JUCESP.

10.2.9. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura e o novo agente fiduciário a partir da assinatura do aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

10.2.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

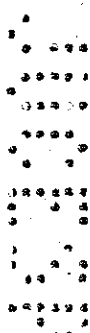
10.3. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, inconsistências ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e escritórios de registros públicos;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário e às expensas da Emissora, as AGD da 1ª Série, AGD da 2ª Série e/ou AGD da 3ª Série, conforme o caso, respeitando-se as regras relacionadas à convocação da AGD, bem como à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) verificar o cumprimento pela Emissora, até 01 (um) dia útil após a data de publicação da primeira convocação de AGD, o disposto na cláusula 9.2. (u) acima;
- (l) comparecer às AGD da 1ª Série, AGD da 2ª Série ou AGD da 3ª Série, conforme o caso, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) notificar a Emissora em até 2 (dois) dias a ocorrência de alguma hipótese de vencimento antecipado automático, nos termos do item 8.3 acima;
- (n) verificar o cumprimento pela Emissora, no dia útil seguinte à realização de qualquer AGD, o disposto na cláusula 9.2. (v);
- (o) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;



- (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
- (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos na cláusula 8.1 (q) acima;
- (viii) relação dos bens e valores entregues à sua administração; e
- (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (p) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - (i) na sede da Emissora;
 - (ii) no local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) no BM&FBovespa e na CETIP; e
 - (v) na instituição líder da colocação das Debêntures;
- (q) publicar, às expensas da Emissora, no órgão da imprensa estabelecido na Cláusula 3.14 desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea "p" acima;

Dr.
[assinatura]

- (r) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Escriturador, à CETIP e à BM&FBovespa;
- (s) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, inutilizando os certificados correspondentes às Debêntures resgatadas;
- (t) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (u) verificar o cumprimento dos índices financeiros previstos na Cláusula 8.1 (q) acima, apurados pela Emissora e revisados por auditor independente;
- (v) notificar os Debenturistas, por edital e, se possível, individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
- (i) à CVM;
 - (ii) ao BM&FBovespa; e
 - (iii) à CETIP.

10.4. Atribuições Específicas

O Agente Fiduciário utilizará de quaisquer ações, judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses os Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições previstas nesta Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

RECEBUE

10.4.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não atuação das medidas contempladas nas alíneas da Cláusula anterior se, convocada à AGD, esta assin o autorizar pelo *quorum* de aprovação de Debenturistas que representem a unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" da mesma Cláusula.

10.5. Remuneração

Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

10.5.1. Parcelas anuais de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo a primeira devida no 5º dia útil após a data da assinatura da Escritura de Emissão e as demais a cada 12 (doze) meses após o pagamento da primeira parcela;

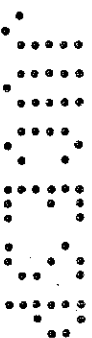
10.5.2 A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Companhia e desde que tal pagamento não incorra em duplicidade com a parcela anual mencionada.

10.5.3 As parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGP/M ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura da escritura de emissão, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-rata die*.

10.5.4 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% ao mês e multa de 2%.

10.5.5 As parcelas serão acrescidas de (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) (ii) Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e (iv) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o imposto de renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

10.5.6 Em caso de inadimplemento, pecuniário ou não, pela Emissora, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$400,00 (quatrocentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades relacionadas à Emissão e às Debêntures, a ser paga no prazo de 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo



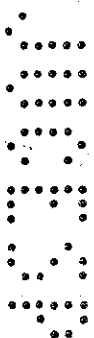
Agente Fiduciário à Emissora de "Relatório de Horas". As atividades a que se refere este item estão relacionadas (i) à assessoria aos debenturistas, em processo de renegociação requerido pela Emissora; (ii) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou debenturistas e/ou Assembleias Gerais de Debenturistas; e (iii) à implementação das consequentes decisões tomadas pelos debenturistas.

10.5.7 A remuneração do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao seu pagamento por um período superior a 30 (trinta) dias, será suportada pelos debenturistas, assim como as despesas reembolsáveis, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia aos debenturistas para cobertura de risco de sucumbência.

10.5.7.1 O Agente Fiduciário será reembolsado pela Companhia por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios:

- (a) publicação de relatórios, editoriais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) locomoções dentro e entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções, desde que as despesas sejam razoáveis, comprovadas;
- (c) extração de certidões e eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

10.5.7.2 O Agente Fiduciário poderá, em caso de inadimplência da Companhia no pagamento das despesas a que se refere os incisos acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto



representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais ~~despesas, depósitos e custos~~ judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais ~~sejam igualmente suportadas pelos~~ Debenturistas bem como sua remuneração; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação; e

10.5.7.3. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista acima será acrescido à dívida da Companhia, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA XI DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

11.1. Convocação

11.1.1. Os Debenturistas de cada uma das séries poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD da respectiva série, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas de cada uma das séries.

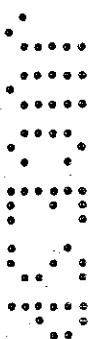
11.1.2. A AGD de cada uma das séries pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures da respectiva série em Circulação, ou pela CVM.

11.1.3. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

11.1.4. Aplica-se às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para a assembleia geral de acionistas.

11.1.5. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

[Handwritten signature and initials]



11.1.6. Independentemente das formalidades previstas na ~~Lei das Sociedades por Ações~~ e nesta Escritura, será considerada regular a AGD de uma série de Debêntures a que comparecerem os titulares das Debêntures da respectiva série.

11.1.7. Não será admitida na AGD a presença de quaisquer pessoas que não comprovem sua condição de Debenturistas ou seu mandatário, mediante a prévia apresentação de documentos regulares de identificação, societários e procurações. Documentos estrangeiros serão aceitos desde que devidamente consularizados.

11.2. Quorum de Instalação

11.2.1. A AGD de cada uma das séries se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da respectiva série, e em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas da respectiva série.

11.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quorums de instalação e/ou deliberação da AGD previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures da respectiva série subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora, de empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), ou de controladoras da Emissora (ou grupo de controle), incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, tais como, cônjuge, companheiro, ascendentes, descendentes ou colateral até o segundo grau.

11.2.3. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs.

11.3. Mesa Diretora

11.3.1. A presidência da AGD de cada série caberá ao Debenturista da respectiva série eleito no mínimo pela maioria dos titulares das Debêntures da respectiva série presentes à AGD ou àquele que for designado pela CVM.

11.3.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer à AGD e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

PROJETO

DEBENTURES

11.4. Quorum de Deliberação

11.4.1. Nas deliberações da AGD de cada uma das séries, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção das matérias para as quais estiver previsto *quorum* qualificado em leis ou na presente Escritura.

11.4.2. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quorums estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação da respectiva série, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido na respectiva AGD.

11.4.3. Observado o disposto nesta Cláusula, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas, em primeira ou segunda convocação, por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da 1ª Série, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da 2ª Série e 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da 3ª Série, observado que alterações na Remuneração, nos condições de prazo, amortização e espécie das Debêntures, nas hipóteses de vencimento antecipado, bem como alterações a qualquer *quorum* de deliberação previsto nesta Escritura, exceto o quórum previsto na Cláusula 10.4.1 acima, deverão contar com a aprovação, em primeira ou segunda convocação, de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da 1ª Série, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da 2ª Série e 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da 3ª Série.

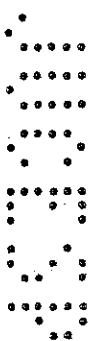
11.4.4. Nenhuma alteração nas condições das Debêntures será realizada sem a prévia concordância da Emissora e o correspondente aditamento desta Escritura.

CLÁUSULA XII DECLARAÇÕES E GARANTIAS

12.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

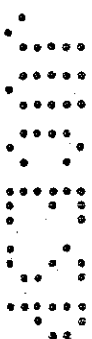


- (b) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) esta Escritura contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) é equiparado a uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (g) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) não exerce a função de agente fiduciário de debêntures de emissão da Emissora, ou em sociedade coligada, controlada, controladora da Emissora ou integrante do mesmo grupo, exceto com relação às Debêntures da presente Emissão;
- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer, plenamente, suas funções;
- (j) verificou o limite de emissão previsto no *caput* do artigo 60 da Lei das S.A;
- (k) aceita integralmente todas as suas cláusulas e condições da Escritura; e
- (l) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes.

12.2. Declarações e Garantias da Emissora

A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura da Escritura, que:

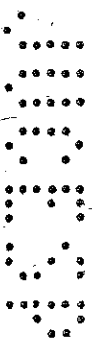
- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



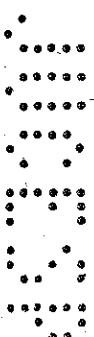
- (b) a celebração desta Escritura, o cumprimento das suas obrigações previstas nesta Escritura, bem como a colocação das Debêntures, não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou qualquer controlada da Emissora seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (d) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, e o Formulário de Referência da Emissora, datados de 21 de junho de 2010 ("Formulário de Referência") conterá, no mínimo, e observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à Emissora e/ou qualquer controlada da Emissora, nas respectivas datas de cada documento, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (e) as declarações, informações e fatos contidos nos Prospectos e no Formulário de Referência em relação à Emissora e às controladas da Emissora são verdadeiras nas datas em que foram fornecidas e não são enganosas, incorretas ou inverídicas;
- (f) as opiniões, análises e expectativas expressas nos Prospectos e no Formulário de Referência em relação à Emissora e/ou à qualquer controlada da Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis nas datas em que foram fornecidas;
- (g) não há fatos relativos à Emissora e/ou à qualquer controlada da Emissora, nas respectivas datas dos Prospectos e do Formulário de Referência, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos e no Formulário de Referência seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (h) a Emissora está cumprindo, em todos os aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou

tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, ~~ou~~ ^{ou} qualquer controlada da Emissora;

- (i) exceto pelas contingências informadas nos Prospectos e no Formulário de Referência, não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que seja de conhecimento da Emissora, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira;
- (j) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação a essa Emissão;
- (k) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (l) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- (m) cada uma de suas controladas foi devidamente constituída e existente de acordo com as respectivas leis de suas respectivas jurisdições, com plenos poderes e autoridade para ser titular, arrendar e operar suas propriedades e para conduzir seus negócios, conforme descrito nos Prospectos e no Formulário de Referência;
- (n) esta Escritura constitui, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirá, obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tal obrigação não esteja subordinada a qualquer outra dívida da Emissora, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (o) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão exceto (i) pelo registro da Emissão na CVM, (ii) o registro das Debêntures junto ao SDT, ao SND e ao BovespaFix, (iii) o registro da ata de RCA, desta Escritura e seus aditamentos na JUCESP, todos os quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação da Oferta;



- (p) as demonstrações financeiras da Emissora auditadas ~~relativas às atividades e exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2009~~ e as informações financeiras da Emissora objeto de revisão especial relativas aos períodos de 3 (três) meses encerrados em 31 de março de 2009 e 31 de março de 2010 apresentem de maneira adequada a situação financeira e os resultados operacionais da Emissora nas aludidas datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a divulgação das informações financeiras de 31 de março de 2010, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais da Emissora, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora que não esteja descrito nos Prospectos e/ou no Formulário de Referência;
- (q) a Emissora está em cumprimento das leis e regulamentos ambientais a ela aplicáveis, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora ou para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância;
- (r) a Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades;
- (s) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (t) não omitiu, ou omitirá, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (u) a Emissora e suas controladas prepararam e entregaram todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o conhecimento da Emissora devem ser apresentadas, ou receberam dilação dos prazos para apresentação destas declarações; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Emissora, por quaisquer propriedades ou ativos, ou relativa aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto os tributos ou encargos que estão sendo contestados de boa fé e por meio de procedimentos apropriados, iniciados e



conduzidos com diligência e em relação aos ~~quais existem reservas ou outras~~ provisões apropriadas, exceto conforme descrito ~~nos~~ Prospectos, e ~~exceto~~ os tributos, encargos governamentais e outras contribuições cuja falta de pagamento não causaria um impacto adverso relevante;

- (v) exceto conforme descrito nos Prospectos e no Formulário de Referência, a Emissora e suas controladas possuem justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos, os quais estão livres e desembarçados de quaisquer ônus, exceto: (i) conforme descrito nos Prospectos e no Formulário de Referência, e/ou (ii) quando, individualmente ou em conjunto, não possam resultar em impacto adverso relevante na situação financeira da Emissora;
- (w) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- (x) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora;
- (y) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura.

CLÁUSULA XIII COMUNICAÇÕES

12.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelos Correios ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

(a) Para a Emissora:

HYPERMARCAS S.A.

Avenida Juscelino Kubitschek, n.º 1.217, casa n.º 07

São Paulo – SP

At.: Martin Prado Mattos / Breno Toledo Pires de Oliveira

Telefone: (11) 3627-4211

Fac-símile: (11) 3627-4371

Correio Eletrônico: ri@hypermarcas.com.br / breno.oliveira@hypermarcas.com.br

(b) Para o Agente Fiduciário:

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Rua Sete de Setembro, n.º 99, 24º andar

Rio de Janeiro - RJ

At.: Srs. Carlos Alberto Bacha e Rinaldo Rabello Ferreira

Tel.: (21) 2507-1949

Fax: (21) 2507-1773

E-mail: bacha@pavarini.com.br / rinaldo@pavarini.com.br

(c) Para o Banco Mandatário e Banco Escriturador:

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, s/n.º, Prédio Amarelo, 2º andar

Osasco - SP

Tel.: (11) 3684-3749 / (11) 3684-7911

Fax: (11) 3684-2714

At.: José Donizetti de Oliveira / João Batista de Souza

E-mail: 4010.donizetti@bradesco.com.br / 4010jbsouza@bradesco.com.br

(d) Para a CETIP:

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar, Rio de Janeiro, RJ

Rua Líbero Badaró, n.º 425, 24º andar, São Paulo, SP

Site: www.cetip.com.br

(e) Para a BM&FBOVESPA:

BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS

Praça Antônio Prado, n.º 48, São Paulo, SP

Rua XV de Novembro, n.º 275, São Paulo, SP

Site: www.bovespa.com.br

13.2. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

13.3. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item 12.2. acima serão arcados pela parte inadimplente.

55
5

CLÁUSULA XIV
CUSTOS DE REGISTRO

14.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos e dos atos societários relacionados à esta Emissão nos registros competentes serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

CLÁUSULA XV
DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

15.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

15.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

15.4. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

15.5. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

15.6. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura e para a execução das obrigações de pagamento previstas nesta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

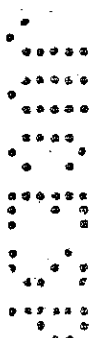
.....

.....

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 23 de junho de 2010
(assinaturas na próxima página)

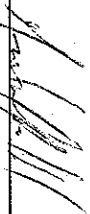
57
R
S



Página de Assinatura da Escritura da Terceira Emissão, Rubrica de Debitores Simples,
Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Três Séries, da
Hypermarcas S.A.


HYPERMARCAS S.A.

Nome: CARLOS ROBERTO SCORSINI
Cargo: DIR. DE OPERAÇÕES


Nome: MARTIN MATTOS PRADO
Cargo: DIR. ADMINISTRATIVO FINANCEIRO



Página de Assinatura da Escritura da Terceira Emissão, ~~Página de Debitos~~ Simples,
Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em três Séries, da
Hypermarcas S.A.

PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome: **ROSILÉA MAYER FLORENTINO**
Cargo: **PROCURADORA**

Nome: **Carlos Alberto Pacheco**
Cargo: **CPF 606.744.581-03**
Procurador

59

Página de Assinatura da Escritura da Terceira Emissão, Planilha de Debêntures Simples,
Não Convertíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Três Séries, da
Hypermarcas S.A.

Testemunhas



Nome: **DANILO TELES DE AZEITE**
CPF: **217 339 498 84**



Nome: **PATRICIA SAEZ**
CPF: **334.984.118-04**



60
